

31/10/98 12  
FOR 00350

RIO

# Dez anos de devastação ambiental

## Polícia interrompe extração ilegal de areia que destruiu área de parque na Região dos Lagos

Antônio Werneck e Paulo Roberto Araújo

**N**uma das maiores operações de fiscalização ambiental já realizadas no estado, agentes da Polícia Federal do Rio e de Niterói interromperam ontem de manhã a extração ilegal de areia que, nos últimos dez anos, devastou mais de quatro milhões de metros quadrados de restinga no Parque Ecológico Municipal do Mico-Leão-Dourado e em seus arredores, em Cabo Frio. Vinte pessoas foram presas em flagrante e 15 caminhões com um total de 690 toneladas de areia, apreendidos. A operação foi pedida por procuradores da área de meio ambiente do Ministério Público Federal do Rio e de Niterói, que se basearam em denúncias de ambientalistas feitas nos últimos cinco meses.

### Área devastada corresponde ao tamanho do bairro de Copacabana

Na área devastada pelos areeiros, caberia o bairro de Copacabana inteiro. As fotos aéreas tiradas durante a investigação da PF mostram a imensa área devastada na divisa dos municípios de Cabo Frio e Rio das Ostras. Esburacada pela ação diária de tratores e dragas, a restinga foi completamente destruída. Os buracos transformaram-se em grandes lagos formados pela água das últimas chuvas. A extração devastou uma parte grande da mata nativa, fundamental para a sobrevivência de espécies como o mico-leão-dourado. O cenário lembra um grande garimpo abandonado.

Todas as pessoas presas foram autuadas com base no artigo 55 da Lei 9605 de 1998 — a nova lei que pune crimes ambientais. Se forem condenados, os acusados podem cumprir de seis meses a um ano de detenção. Como o crime é afiançável, todos foram liberados após serem autuados.

### Procurador diz que houve danos irreparáveis à restinga

Segundo o procurador Flávio Roberto de Souza, do Ministério Público Federal de Niterói, houve danos irreparáveis à restinga e a uma grande área dentro do Parque Ecológico Municipal do Mico-Leão-Dourado, comprometendo todo o habitat natural do mico-leão-dourado:

— Interditamos a extração de areia naquela área até que o caso seja julgado pela Justiça. E recomendei fiscalização permanente da Polícia Federal. Fiquei realmente impressionado com o levantamento da Polícia Federal. É muito desastroso com a natureza — afirmou.

A diretora-executiva da Associação do Mico-Leão-Dourado, Denise Marçal Rambaldi — uma das responsáveis pelo reserva de Poço das Antas — disse que a ação dos areeiros mudou completamente o ecossistema na área limítrofe do Parque do Mico-Leão-Dourado. Na área, com cerca de 400 hectares de restinga, loteada há mais de 30 anos, existem comprovadamente pelo menos seis famílias de micos-leões-dourados, uma espécie em extinção que tem em Silva

Jardim, próximo a Cabo Frio, seu maior habitat natural:

— O parque só existe no papel. A Prefeitura ainda não demarcou a área nem indenizou as famílias que moram lá. Desta forma, o decreto que criou a área de preservação pode caducar. A extração de areia prejudica o meio ambiente porque acaba com a vegetação e forma grandes lagoas artificiais — lamentou a ambientalista.

### Policiais cercaram seis pontos de fuga usados pelos areeiros

A operação começou às 2h, quando os 30 agentes federais, comandados pelo delegado Roberto Prel, chefe do Setor de Operações da Delegacia de Combate ao Crime Organizado e Inquéritos Especiais (Delecoie) da Polícia Federal do Rio, fizeram um cerco nos seis pontos de fuga usados pelos areeiros. Logo que amanheceu e com apoio de policiais federais da Delegacia Regional de Niterói, foram montados bloqueios nas estradas estaduais e em todos os atalhos. Por volta das 7h, todos os locais de extração de areia foram invadidos.

— Levamos dois meses estudando a ação. Agentes da Polícia Federal de Niterói fizeram o levantamento inicial e ficou constatado que os areeiros estavam concentrando o trabalho de extração à noite e no início da madrugada — disse o delegado Prel.

Ao serem presos, os areeiros apresentaram documentação que supostamente permitia o trabalho de extração. Cassia Maria Coutinho da Silva, de 35 anos, uma das mulheres presas e apontada como uma das responsáveis pela extração, explicou que o metro cúbico de areia tem preços variados:

— O aterro (areia de qualidade inferior) custa R\$ 3; o barranco (de qualidade média) sai por R\$ 5; e a areia lavada (de melhor qualidade) e extraída pela draga em grandes profundidade custa R\$ 6 — informou a mulher.

### Documentos autorizando extração estavam com prazo vencido

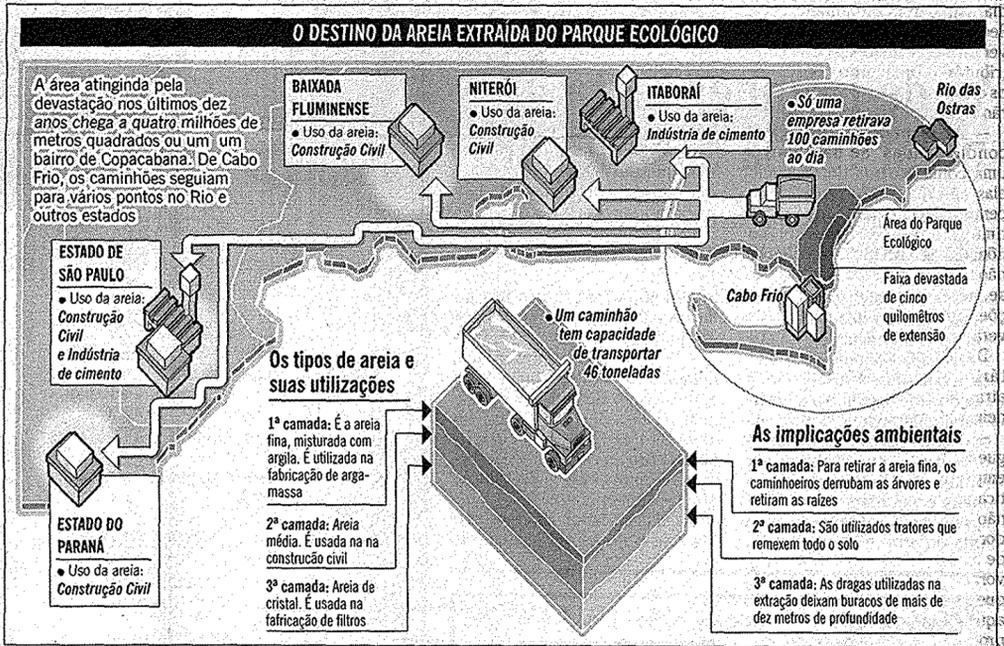
A advogada Lúcia Castelo Branco, que se apresentou como dona de uma das empresas, reclamou da ação policial e mostrou documentos que supostamente lhe davam direito à extração:

— Estamos autorizados. Minha empresa e outras 12. Não sei por que estão fazendo isso. Aliás, todo ano é a mesma coisa: há fiscalização e a gente volta a trabalhar normalmente.

Na Delegacia da PF de Niterói, para onde todos foram levados e autuados em flagrante, policiais e procuradores do Ministério Público Federal constataram que, apesar de um grupo ter apresentado documentação autorizando a extração, o trabalho era ilegal porque os documentos estavam vencidos. Segundo a PF, os areeiros retiravam em média cem caminhões de areia por dia. Parte da areia é utilizada em argamassa, a maior parte na construção civil (concreto) e parte vai para outros estados e o exterior para uso em filtros. ■



POLICIAIS FEDERAIS reúnem, na BR-101, os caminhões apreendidos com 690 toneladas de areia: 20 pessoas foram presas em flagrante



## Ambientalistas enviam a FH dossiês denunciando a atuação dos areeiros

Documentos contêm fotos aéreas e cópias de processos contra empresas

Os ambientalistas de Cabo Frio resolveram apelar ao presidente da República para acabar com a extração ilegal de areia na região da divisa do município com Rio das Ostras. Na sexta-feira da semana passada, foram enviados dossiês com 17 fotos aéreas e cópias dos processos contra os areeiros para o presidente Fernando Henrique Cardoso e para algumas das principais organizações não-governamentais que atuam no país, como Greenpeace e SOS Mata Atlântica. Documentos iguais também foram enviados para o ministro de Meio Ambiente, Gustavo Krause, e para o presidente do Ibama, Eduardo Martins.

### Fotos mostram buracos que resultam da extração ilegal

Muitas fotos mostram os buracos feitos pelos areeiros dentro da área do Parque Ecológico do Mico-Leão-Dourado. Segundo ambientalistas, as empresas que operam na região de Unamar — como é conhecida a restinga de Cabo Frio junto ao parque ecoló-

gico — enchem mais de cem caminhões de 46 toneladas por dia. A primeira camada de areia é usada na fabricação de argamassa. A segunda em concreto armado na construção civil. A terceira camada, de areia cristal, que fica em profundidade superior a oito metros, é usada em filtros.

O problema foi levado à Justiça de Cabo Frio, mas o Ministério Público Estadual só conseguiu paralisar parte da extração de areia, enquanto aguarda laudos técnicos comprovando que a atividade é ilegal.

— Está faltando a participação dos outros órgãos, responsáveis pela fiscalização em campo — disse o promotor Luciano Oliveira Mattos de Souza.

A superintendente estadual do Ibama, Thaís Salmato, disse que no início de setembro três empresas que exploram a retirada de areia foram multadas e tiveram as atividades paralisadas por fiscais do órgão que participavam da Operação Mata Atlântica. Duas firmas não tinham licença am-

biental e a terceira estava expandindo a área de mineração sem autorização da Feema.

— Esses laudos vão subsidiar a ação da fiscalização daqui por diante. Na época da fiscalização, os laudos ainda não existiam e não foi possível notificar boa parte dos areeiros porque eles fugiram do local quando viram os fiscais — disse Thaís.

### Recomposição da área devastada nunca foi feita

As licenças de exploração foram concedidas, a título precário, pela Prefeitura de Cabo Frio, pela Feema e pelo Ministério das Minas e Energia. A autorização estadual está condicionada à recomposição da área degradada, mas isso nunca foi feito. O Conselho Estadual de Biologia está, inclusive, investigando a atuação dos biólogos que deram as autorizações. Os areeiros alegam que pagam R\$ 6 mil mensais à Prefeitura para aterrar os buracos e reforestar as áreas degradadas, mas o serviço jamais foi feito. ■